

PROJETO DE LEI Nº 1.254 DE 2020

REDAÇÃO FINAL

Altera a Lei nº 1.670, de 23 de setembro de 1997, que *dispõe sobre o direito de visita a pacientes internados na rede hospitalar do Distrito Federal*, e a Lei nº 2.804, de 25 de outubro de 2001, que *dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Distrito Federal*, para incorporar o direito do paciente a teleconsulta, nos casos que especifica.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

**Art. 1º** O art. 1º, § 2º, da Lei nº 1.670, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º Nos casos em que a visita não for recomendável por motivo médico, devem ser assegurados:

I – justificação pela direção do hospital aos interessados;

II – acesso a teleconsulta por meio de videochamada, quando solicitado pelos familiares e as condições do paciente o permitirem.

**Art. 2º** O art. 2º, XIV, da Lei nº 2.804, de 25 de outubro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

XIV – ser acompanhado, se assim o desejar, nas consultas e internações, por pessoa por ele indicada e receber visita quando internado, exceto nos casos em que não for recomendado por motivos médicos, situação em que deve ser assegurado o acesso a teleconsulta, quando solicitado por familiares e suas condições o permitirem.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de março de 2021.

**MANOEL ÁLVARO DA COSTA**

*Secretário Legislativo*



Documento assinado eletronicamente por MANOEL ALVARO DA COSTA - Matr. 15030, Secretário(a) Legislativo(a), em 05/04/2021, às 14:36, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
Código Verificador: 0377857 Código CRC: FEE2D417.

PROJETO DE LEI Nº 1.728, de 2021

REDAÇÃO FINAL

Dispõe sobre a transparência e logística de vacinação contra a Covid-19 dos profissionais que trabalham em hospitais públicos e privados no Distrito Federal.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

**Art. 1º** Os hospitais da rede pública e privada devem divulgar, em lista de fácil acesso ao público e em seu sítio eletrônico, a relação de todos os profissionais que já foram vacinados contra a Covid-19 e dos que ainda não o foram.

**Art. 2º** No crachá dos profissionais já vacinados, devem constar a informação de que receberam a vacina contra a Covid-19 e a respectiva data.

§ 1º Os profissionais que trabalham em hospitais e ainda não foram vacinados contra a Covid-19 podem requerer a vacina em qualquer posto de vacinação, portando a lista de que trata o art. 1º e o crachá da empresa em que laboram.

§ 2º Os postos de atendimento devem dar atendimento prioritário aos profissionais de que trata o § 1º.

§ 3º Os profissionais podem ausentar-se do trabalho para receber a vacina contra a Covid-19 em algum posto de vacinação.

**Art. 3º** Os hospitais devem estabelecer logística de vacinação dos funcionários diretos e terceirizados contra a Covid-19 e disponibilizá-la em seu sítio eletrônico.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de março de 2021.

**MANOEL ÁLVARO DA COSTA**

*Secretário Legislativo*



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL ALVARO DA COSTA - Matr. 15030**, **Secretário(a) Legislativo(a)**, em 05/04/2021, às 15:33, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
Código Verificador: **0379226** Código CRC: **046183E3**.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 65, DE 2019  
REDAÇÃO FINAL

**Concede o título de Cidadão Honorário  
de Brasília ao senhor Higino Antônio  
França Chaves de Magalhães.**

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

**Art. 1º** Fica concedido o título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Higino Antônio França Chaves de Magalhães.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de março de 2021.

**MANOEL ÁLVARO DA COSTA**

*Secretário Legislativo*



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL ALVARO DA COSTA - Matr. 15030**, **Secretário(a) Legislativo(a)**, em 05/04/2021, às 15:29, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
Código Verificador: **0378867** Código CRC: **4C70E4A1**.